



O Turismo como agente indutor da preservação do patrimônio ambiental urbano: uma discussão contemporânea

Tourism as an inductor of urban environmental heritage preservation: a contemporary discussion

*Sarany Rodrigues da Costa, Welyza Carla da Anunciação Silva,
Conceição de Maria Belfort de Carvalho*

RESUMO

O turismo como agente indutor da preservação do patrimônio ambiental urbano propõe uma discussão contemporânea acerca das possibilidades de intervenção do turismo nas questões preservacionistas. Tendo o objetivo de abordar o conceito de patrimônio ambiental urbano no contexto da contemporaneidade, e de relacioná-lo com as ações de preservação despertadas pelo turismo, realizou-se um estudo bibliográfico de caráter descritivo. O estudo expõe as contribuições da atividade turística para a manutenção das características estéticas, históricas e culturais dos ambientes urbanos, colocando a educação como fator chave nas políticas de preservação do patrimônio ambiental urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Preservação; Patrimônio; Paisagem Cultural.

ABSTRACT

Tourism as an inductor of urban environmental heritage preservation proposes a contemporary discussion about the possibilities of intervention of tourism on issues conservationists. With the aim of addressing the concept of urban environmental heritage in the context of contemporaneity, and relate it with preservation actions aroused by tourism, a bibliographical study of descriptive character. The study exposes the contributions of tourism activities for the maintenance of cultural, historical and aesthetic features of urban environments, putting education as a key factor in the policies of urban environmental patrimony preservation.

KEYWORDS: Tourism; Preservation; Heritage; Cultural Landscape.

Introdução

O fenômeno turístico vem sendo abordado fortemente nas esferas governamentais, acadêmicas e mercadológicas, tendo em vista sua expansão resultante da queda das fronteiras culturais proporcionada pelo encontro entre o visitante e o visitado.

O turismo apresenta-se como um mecanismo promotor de um intercâmbio cultural, construído em torno de recursos patrimoniais que constituem a identidade local. O conceito de turismo cultural possui estreita relação com as orientações propostas pelo IPHAN sobre Paisagem Cultural, que diz respeito a características peculiares existentes em um território, resultantes de relações mantidas entre sociedade/natureza, natureza/sociedade, apresentando-se como relações dinâmicas.

Essas relações narram a história de um determinado lugar, agregando elementos do presente e do passado.

Durante um certo período, o patrimônio cultural esteve associado a formas históricas e artísticas. Conforme podemos observar no excerto abaixo:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, artigo 1º).

Com o passar do tempo e uma estrutura social dinâmica e crescente, novos conceitos e formas de patrimônio passaram a ser relevantes e fundamentais na prática do turismo, levantando discussões sobre sua proteção, preservação e divulgação. Em virtude de uma dinâmica social que aponta uma verdadeira expansão urbana, fala-se em um turismo que ocorre nos centros urbanos, com ênfase nos centros históricos das cidades trazendo o conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano que vem ganhando maior visibilidade e interferência direta nas sociedades locais e na prática do turismo em todo o mundo.

De acordo com Castriota (2007, p.16), *“aos critérios estilísticos e históricos vão se juntando outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado”*, levando em consideração não mais apenas um bem patrimonial isolado em sua individualidade, com significado autônomo, como rege a Carta de Veneza de 1964. Apesar da demonstração de preocupação com o entorno, o Brasil ainda tem uma visão limitada que considera apenas bens tombados a serem preservados, entretanto surge de forma efêmera a necessidade de se conhecer mais profundamente e buscar suas formas de preservação as questões acerca do patrimônio ambiental urbano, que nos leva a um de seus conceitos aplicados de maneira mais contundente no propósito de preservação patrimonial atualmente. Yázigi (2012, p. 28) afirma:

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, **patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir** (grifo do autor).

É notória a importância do patrimônio ambiental urbano. Chamamos atenção para a abrangência dos aspectos culturais inseridos como atrativos turísticos, e não apenas a contemplação de construções arquitetônicas, monumentos. Isso porque entorno também permeia a construção histórica. As questões de preservação se encontram com a modernidade e propõem debates sobre como preservar sem deixar de conservar, mas é importante ressaltar que a preservação de sítios culturais urbanos deve prever ressignificações, já que o próprio turismo decorre do tempo histórico e de suas diferenças estruturais e sistemas sociais.

A preservação do patrimônio ambiental urbano deve envolver todo o meio ambiente que o cerca: a comunidade, hábitos, costumes e tradições que foram construídas e reconstruídas e adquiriram novas significações. Essa preservação deve acontecer em perfeito diálogo com a história, a memória, aliando-se às questões contemporâneas, advindas com a globalização e os padrões cada vez mais refinados de gosto e experiências que o turista espera ao visitar uma localidade.

Os debates acerca do Patrimônio ambiental urbano são essenciais para a conscientização e preservação do patrimônio cultural. Promover uma discussão sobre essa temática é o objetivo central deste artigo.

Turismo e Patrimônio Ambiental Urbano

A atividade turística vem estabelecendo uma ligação cada vez mais estreita com a aquisição de cultura e trocas culturais, saindo da sua concepção mais erudita para as diversas formas de expressões que um povo. Uma comunidade pode se representar através não somente de suas obras arquitetônicas, de estilos de artes Barrocas e ademais, mas de como tudo isso está inserido em um ambiente e no seu espaço, como se relaciona com o entrono na (re)construção e (re)significação de todo esse acervo. Segundo Arantes (2006, p.431):

Os bens culturais encontram-se necessariamente situados – inseridos em contextos espaço-temporais específicos: localizam-se em determinado tempo-espaço, integram atividades de determinados grupos sociais e não de outros, e são suportes de significados e de sentidos que são construídos e transformados tanto por essas mesmas atividades, quanto pelas estruturas de relacionamento social que as ordenam.

Nesse sentido, o patrimônio ambiental urbano envolve não somente as estruturas físicas tombadas, mas também as relações com as comunidades em um processo social dentro de um ambiente. E ambiente, diferentemente de cenário ou lugar, é compreendido como “as *relações processadas num lugar específico*” (YÁZIGI, 2012, p. 26). Ao falarmos sobre preservação do patrimônio ambiental urbano, é necessário ter em vista que todos os atores envolvidos nesta relação estão inseridos no processo de preservação.

O turismo como agente indutor não apenas da promoção de um lugar, mas da permanência dele, a partir da sua preservação, busca intervir não somente na esfera da conscientização, como também no sentido de fomentar o interesse das diversas esferas governamentais, das secretarias e todo o trade turístico para ações de revitalização, de novos usos para determinadas estruturas – que muitas vezes estão deterioradas e prestes a se perder – criando novas opções de rotas para os turistas e atrativos a partir destas novas representações, porém sem perder todo seu trajeto histórico. Assim:

Quando nos referimos à preservação do patrimônio cultural (natural, edificado ou imaterial) remetemo-nos a um processo seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais que engendram intervenções, decisões e escolhas balizadas por um projeto político que a estrutura social de cada tempo constrói (ROCHA *apud* LUCHIARI, 2005, p. 96).

A necessidade de preservação deve estar vinculada aos padrões de desenvolvimento das estruturas sociais vigentes e em consonância com a sua nova perspectiva urbana. Essa necessidade se dá frente às transformações sociais que ocorrem em uma localidade, guiadas pelo todo que tem tido crescimento exacerbado nos diversos setores, enfatizando o crescimento urbano que tem apresentado novas características, como a preferência das pessoas por moradias em condomínios fechados. Espaços antes considerados vazios são transformados em centros comerciais, as vias estreitas carecem de modificações devido ao grande fluxo de automóveis pelo crescimento do setor econômico.

Esse crescimento tem ocorrido de forma não ordenada e reproduz as estruturas das classes dominantes que avançam para uma nova era deixando uma dualidade no espaço urbano. As interferências na paisagem

do lugar devem estabelecer uma relação harmônica de maneira que o espaço seja transmissor de todo o contexto histórico cultural da localidade, e possibilitar ao turista uma leitura de sua história.

Ainda se discute bastante sobre os impactos que o turismo pode proporcionar ao lugar, sejam positivos ou negativos. De acordo com Swarbrooke (2000, p. 78),

[...] o turismo pode ser benéfico ao meio ambiente natural quando oferece uma motivação para a sua conservação. Sem o incentivo financeiro para conservação, representado pelo turismo, muitos órgãos do setor público provavelmente dariam menos atenção à proteção do meio ambiente natural.

Significa dizer que o turismo se caracteriza como agente indutor para a conservação e preservação do meio ambiente no qual o patrimônio está inserido, corroborando para as políticas e ações estatais, estabelecendo uma ordenação entre espaço geográfico de forma harmônica para a paisagem urbana que se remodela a cada época.

Do diálogo entre o turismo e a preservação do patrimônio ambiental urbano nasce a inquietação de como preservar o passado em um momento marcado pela globalização, pelo avanço das tecnologias, pela massificação das informações e do consumo desenfreado.

Há uma espetacularização social que atribui às questões estéticas um caráter seletivo para o consumo de destinos turísticos a partir de classificações do quanto algo possa parecer belo e condutor de trocas culturais. Isso se adequa às paisagens que de fato têm um teor mercadológico para promoção e comercialização do turismo. Em concordância com Silva, Nogueira e Pereira (2012, p.537), “[...] *fica expressa a ligação entre a estética do patrimônio e a validade do seu contributo*”.

Assim, o turismo configura-se como uma grande ponte para a preservação do patrimônio, com destaque ao patrimônio ambiental urbano, atualmente considerado por alguns estudiosos com o mais enriquecedor, permitindo ao turista experiências não somente contemplativas mais de trocas com o ambiente, com a rotina da comunidade e todo o seu entorno em um acervo que perpassa a estrutura arquitetônica e seus monumentos, a praça, mercados, museus, dentre outros. Ao se preservar o patrimônio ambiental urbano é necessário compreender que todo seu entorno, sua ambiência também carece de mesma atenção.

A Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano na Contemporaneidade

Os estudos e discussões de diversos autores acerca do espaço, suas construções e ressignificações, a paisagem e os espaços urbanos dentro do cenário turístico, contribuem para uma discussão sobre questões de conceitos e ações que almejam a preservação do patrimônio ambiental urbano nos centros históricos.

Há divergências quanto a revitalizar e em alguns casos designar novos usos ao espaço atrelado ao receio de descaracterizar e provocar a perda da história de alguns lugares. Para Swarbrooke (2000, p. 86-87):

A tendência de se acreditar que tudo que é antigo merece ser conservado ou “poupado” ou “preservado” pode [...] diluir demasiadamente os recursos econômicos tornando-os ineficientes”. “[...] A aparente obsessão pela conservação de todos os antigos edifícios significa que os novos estilos arquitetônicos, não se desenvolverão nem se valorizarão. [...] Temos que aceitar que a maior parte das paisagens e das construções foram desenvolvidas pela humanidade para preencher um propósito específico. Se tentarmos mantê-las, mesmo depois que seu propósito original tenha desaparecido, isso será simplesmente uma preservação, e nos deixará com edifícios históricos e panoramas mortos e petrificados.

O pensamento de Swarbrooke remete a questão de que a preservação não deve apenas se sucumbir na conservação da infraestrutura dos prédios e monumentos históricos, e sim que deve convergir para a vitalidade dessas construções, que suas utilidades devem ser repensadas no meio ambiente em que estão inseridas, caso contrário haverá desinteresse por parte da população que com o crescimento exacerbado das cidades tende a buscar novos atrativos que geralmente situam-se do lado oposto do antigo, que acaba por ficar cada vez mais abandonado e sem utilidade.

Em muitas localidades, o centro antigo onde há maior concentração dos patrimônios históricos arquitetônicos, vai se deteriorando e perdendo todo seu valor estético, transformando a paisagem negativamente. Com isso, há uma baixa da atividade turística naquele lugar e conseqüentemente, mesmo com o intuito de preservar, se contribui para o abandono e degradação do lugar, interferindo na dinâmica social e na economia local.

Daí a necessidade de que haja um equilíbrio do patrimônio que não está dissociado ao lugar e o meio ambiente, do contrário a atividade turística será comprometida. Para Assunção (ASSUNÇÃO, 2012 *apud* LARKHAM, 1996, p.12-13), “o sistema de planejamento deve assegurar que o crescimento econômico seja capaz de prover a população com trabalho e moradia, de uma maneira que respeite a capacidade de seu meio ambiente e outros interesses conservacionistas”.

O entorno se faz essencial na preservação do patrimônio ambiental urbano, já que o monumento não se encontra isolado, mas inserido no contexto local dentro de um determinado período histórico e cultural repleto de transformações e (re) construções histórico-culturais. Assim, “um bem isolado, mesmo dotado de valor intrínseco, não realiza a completude ambiental de seu entorno se não for igualmente valorizado em termos materiais e sociais; mas isso não significa que deve ser negado” (YÁZIGI, 2012, p. 45).

Se houver um sentimento de pertencimento por parte da comunidade ao lugar, sua participação nas ações de preservação e valorização da memória dos bens patrimoniais tornará o desenvolvimento urbano e seu legado histórico mais dinâmicos. Essas relações simbióticas entre comunidade e memória cultural possibilitará a preservação de todo um contexto histórico.

Diniz (2009, p. 15) ressalta a importância de um esforço coletivo em prol do patrimônio cultural urbano, que

consiste no resultado da acumulação de esforços de uma ou várias gerações na elaboração de uma sociedade que se expressa pelo modo de construir, mas onde, também, estão imbricadas suas maneiras de viver, de relacionar-se com os seus pares e com o ambiente que a cerca. Um patrimônio cultural é, pois, uma construção que depende de uma trama social como as das políticas de preservação, que são elementos-chave nesse processo que ressignifica os lugares.

Toda a imprecisão que circunda as questões de como preservar sem negar o passado deixa inúmeras incertezas e dúvidas na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio ambiental urbano não de maneira isolada, mas integradora. Tem-se a importância da revitalização dos bairros e a sustentabilidade urbana entra em cena como forma de agregar valor ao local e de revitalizá-lo, concebendo funções que podem remeter aos hábitos e costumes tradicionais da comunidade com uma dimensão inovadora, como parte do patrimônio ambiental urbano.

A Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano e sua Relação com o Turismo

Na atualidade, muito se fala sobre educação e preservação ambiental, porém abordando-as, quase sempre, do ponto de vista dos recursos naturais, deixando em segundo plano o patrimônio ambiental urbano, como se este também não fizesse parte do ambiente e não necessitasse de preservação pelo simples fato de estar inserido no espaço urbano.

O turismo, como atividade que “consome” essencialmente o espaço e suas relações, de forma mais acentuada o espaço urbano, tem o dever de instigar, induzir e promover sua preservação, para que assim, as atividades turísticas, e também as demais, não sejam prejudicadas em decorrência da degradação do espaço das cidades e da banalização das relações deste com seus moradores e visitantes.

O espaço urbano é constantemente analisado por seus habitantes e transeuntes, os quais buscam nele uma experiência estética agradável para sua contemplação. Ao discorrer acerca da análise do espaço urbano, Martins (2012, p. 11) afirma que esta requer uma abordagem embasada “*em diferentes pontos de vista, considerando-se a visualidade estética de*

cenários contraditórios e conflitantes, para subsidiar novas intervenções que qualifiquem a geografia do lugar no contexto histórico e social. ”

As intervenções que ocorrem no espaço urbano, as quais o autor se refere, podem ser de ordem estética e/ou preservacionista, e acontecem, na maioria das vezes, como tentativa de amenizar os danos causados pelo vandalismo e também pela inerente ação degenerativa do tempo. Essas ações, empreendidas em sua maioria pelo poder público, fazem parte de um conjunto de políticas que visam conservar a estética e a harmonia do espaço urbano, pois

O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vêm contribuindo para que o quadro das nossas cidades não seja dos mais promissores, quer na defesa de espaços, quer em termos da paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética. Em nome da economia e da funcionalidade, muito se tem feito “enfeando” a paisagem urbana (MARCELLINO *et al.*, 2007, p. 18).

Esse posicionamento do autor revela uma visão sob os pontos negativos advindos do processo de urbanização, principalmente sobre a estética do local. Mas, por outro lado, o próprio Marcellino se mostra otimista com relação às opções de lazer que o espaço urbano pode oferecer às pessoas. No entanto, essas opções só serão possíveis e satisfatórias se o ambiente urbano estiver preservado.

Nessa perspectiva, o autor coloca os “dois lados da moeda” que a cidade nos possibilita enxergar, quando afirma que “percorrê-la, no cotidiano, pode ser algo enfadonho ou transformar-se em tarefa agradável e estimulante para os sentidos, a partir da variedade da paisagem urbana, em termos de significado enquanto patrimônio ambiental urbano” (MARCELLINO *et al.*, 2007, p. 9). O significado ao qual o autor se refere diz respeito à noção de identidade e pertencimento despertada a partir da identificação com o patrimônio urbano.

A contemplação da paisagem urbana deve ser vista como uma alternativa de lazer para as pessoas, sejam elas moradoras ou visitantes. Mas, para que isso aconteça, a cidade deve propiciar os meios e as condições necessárias para criação e conservação dos elementos que constituem o patrimônio ambiental urbano, de forma que este sirva de identificação cultural para a população.

O patrimônio ambiental urbano, por sua estética e significação, serve também de motivação para a atividade turística, principalmente o segmento cultural, o qual é praticado, em sua maioria, por turistas mais conscientes e educados acerca da preservação patrimonial. Esse nível de consciência e educação faz com que os turistas sejam mais cuidadosos em suas práticas de lazer, e que sejam mais exigentes no que diz respeito à ação preservacionista do Estado.

Ao tratar da participação do turismo, sobretudo o cultural, nas ações de preservação, Carvalho (2009, p. 30) afirma que

A atividade turística vem se configurando num importante agente promotor de desenvolvimento social e econômico, e de alcance da sustentabilidade em diversas regiões. É factível que a inserção de localidades no circuito do turismo cultural ofereça possibilidades de revitalização do acervo arquitetônico através da valoração e da potenciação de determinados elementos e atributos constitutivos do patrimônio cultural local (CARVALHO, 2009, p. 30).

A autora evidencia o fato de que a introdução de determinado lugar no circuito turístico requer a implantação de políticas de conservação para o patrimônio ambiental urbano existente naquele lugar. Isto porque a atividade turística a ser desenvolvida ali implicará em uma maior exposição do patrimônio local às ações de desgaste por sua maior utilização. Esta realidade mostra que o turismo é uma atividade que, a um só tempo, pode expor o patrimônio ambiental urbano à degradação, mas pode e deve também atuar como agente indutor da preservação deste patrimônio.

Além disso, para que a localidade possa atrair turistas pelo seu patrimônio – seja ele natural, histórico, paisagístico, arquitetônico ou urbano – é necessário que esteja preservado, pois somente desta forma oferecerá uma experiência autêntica aos seus visitantes. Com isso, têm-se então mais um dos fatores pelos quais o turismo age na promoção da preservação do patrimônio ambiental urbano.

Considerações Finais

Compõem a paisagem urbana não apenas a soma de suas ruas, becos, prédios, casarões, como também suas manifestações culturais, suas atividades econômicas, suas atividades de lazer, suas festas, enfim, tudo aquilo que faz uma cidade ganhar existência.

Esse conjunto de elementos – materiais e imateriais – funcionam em harmonia desde que mantenha uma relação simbiótica entre aqueles que a habitam. Habitar um lugar é cuidar dele, respeitar seu passado, cuidar dele no presente e dar-lhe condições para um desenvolvimento futuro adequado.

A harmonia entre a comunidade e a paisagem urbana possibilita aos que visitam o lugar, no caso específico, um turista, a oportunidade de viverem experiências aprazíveis.

Quando o lugar visitado preserva sua história, sua memória pode promover uma atividade turística agradável, pois a comunidade local poderá transmitir todo o seu cuidado pelo lugar ao turista e este, por sua vez, ao ter contato com esse sentimento de identificação e solidariedade, vai experimentar sensações parecidas.

O turismo pode contribuir em muito para a preservação do patrimônio ambiental urbano, constituindo-se como um importante catalisador e indutor

dessa preservação. Tal preservação, por sua vez, tem como intuito sanar efeitos negativos advindos da atividade turística e também da ação da própria comunidade local. Além da inevitável ação degenerativa do tempo, que atua sobre o patrimônio ambiental urbano, este está sujeito também a sofrer depredação com a ação de vândalos e de seus usuários inconsequentes.

Esses fatores fazem com que a estética das cidades seja afetada negativamente, o que desperta a necessidade da criação e implantação de políticas específicas para a preservação do então nomeado patrimônio ambiental urbano, considerando-se que a estética é tida como um dos requisitos para a classificação do espaço urbano como patrimônio. Essas políticas de conservação farão com que o ato de passear pela cidade se torne uma experiência cada vez mais satisfatória, tanto para seus moradores, quanto para os visitantes.

Nesse sentido, a construção de uma consciência ambiental voltada para o patrimônio urbano torna-se de fundamental importância para sua preservação. Essa consciência deve estar fundada no princípio de identidade e na noção de pertencimento da população, provocando nos turistas um sentimento de empatia e cumplicidade, para que os indivíduos possam atuar como agentes de mudança, sendo eles também responsáveis pela conservação dos aspectos estéticos e culturais da localidade.

Para que as ações de preservação sejam efetivas, e de fato aceitas e incorporadas pela comunidade e pelos turistas, ela deve ter como “ pilar sustentador” a educação, e esta, como diz Neiman (2005, p.19) “[...] *deve estar embasada numa postura de integração, com alto envolvimento afetivo, que proporcione vivências únicas aos educandos, para que, desta forma, possam iniciar o seu processo de transformação*”.

A educação voltada para a preservação patrimonial não deve, necessariamente, ser abordada como disciplina isolada e independente, mas sim incrustada em todos os âmbitos da educação formal e informal. Essa estratégia fará com que as pessoas passem a refletir a questão do patrimônio de maneira mais abrangente, levando-a em consideração não somente de forma local, mas também global, para que assim os indivíduos possam respeitar e preservar tanto o seu patrimônio quanto o do outro.

Nessa perspectiva, o turismo atua como fator instigante na preservação do patrimônio ambiental urbano, na medida em que oferece aos turistas a possibilidade de “experimentar” novos ambientes, e de identificar neles as relações que os qualificam como patrimônio que deve ser visto como parte integrante da cultura e história de um povo.

Referências bibliográficas

ARANTES, A.A. Patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 4, n.1, p. 425-435, jan. / jun. 2006.

ASSUNÇÃO, Paulo. Turismo e processo de urbanização: desafios na preservação do patrimônio natural e cultural. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, Rio de Janeiro, vol. VII, nº2, p. 17-32, abr. 2012.

CARVALHO, K.D. Turismo e preservação do patrimônio cultural na visão dos moradores do bairro da Praia Grande em São Luís/MA. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo** v. 3, n. 1, p. 25-45, abril 2009.

CASTRIOTA, L.B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, set. /dez. 2007.

LEGISLAÇÃO FEDERAL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 15 Abr. 2015.

LUCHIARI, M. T, D. P. Urbanização Turística – um novo nexos entre o lugar e o mundo. *In: Da Cidade ao Campo*. A Diversidade do Saber-Fazer Turístico. Fortaleza: FUNECE / Universidade Estadual do Ceará. V. 2. Pp.15-29, 1998.

MARCELLINO, N. C. *et al.* **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano** - políticas públicas: os casos de Campinas e Piracicaba-SP. Curitiba: OPUS, 2007.

MARTINS, G. S. Estética visual do espaço urbano: percepção ambiental da área entre a Praia Grande e a Madre Deus, São Luís - MA. 2012. 104f. **Tese**. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <http://caxias.ufma.br:8080/pgcult/dissertacoesdoc/2009/ESTETICA_VISUAL_DO_ESPACO_URBANO.pdf>. Acesso em: 18 Abr. 2015.

NEIMAN, Z. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas do ecoturismo. *In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.). Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005. p. 17-40.

ROCHA, A.R.P. As dialéticas da Globalização: patrimônio cultural e turismo. Ponta Grossa, 2009. 64 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia: linha de pesquisa: Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Vol. 1 – São Paulo: Aleph, 2000.

SILVA, G.P.; NOGUEIRA, E.M.; PEREIRA, M.N.L. Promoção do turismo na Praia Grande (MA): entre a fantasia e a realidade no cenário do patrimônio cultural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez-2012, pp.530-545.

YÁZIGI, E. O Patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22-51, junho 2012

Sarany Rodrigues da Costa: Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

E-mail: saranycosta@live.com.

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9298964701205880>

Welyza Carla da Anunciação Silva: Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

E-mail: welyzacarla@hotmail.com.

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0438324113139860>

Conceição de Maria Belfort de Carvalho: Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

E-mail: cbelfort@globo.com.

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7821541616565704>

Data de submissão: 28 de abril de 2015

Data de recebimento de correções: 17 de agosto de 2015

Data do aceite: 17 de agosto de 2015

Avaliado anonimamente